

Comunidade quer eleger seus administradores

ROSSANA ALVES
Da Editoria de Cidade

A aplicação da Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964, determinando que os administradores das cidades-satélites sejam servidores integrantes ou à disposição do Governo do Distrito Federal, aventada pelo governador José Aparecido como um dos critérios para o preenchimento dos oito cargos, está dividindo as lideranças políticas, sindicais e comunitárias da cidade.

De um lado estão os chamados legalistas, que, mesmo considerando a lei defasada em relação à atual realidade da cidade, defendem sua aplicação, sob o argumento de que deve ser mantido o estado de direito. Não menos convic-
tas, as lideranças contrá-
rias à determinação de Aparecido lembram que existem formas de se con-
tornar a exigência legal pa-
ra se garantir que os novos
administradores sejam
legítimos representantes
dos interesses da comuni-
dade.

Na verdade, a maior oposi-
ção à lei parte exatamen-
te dos partidos políticos
não participantes da Alian-
ça Democrática, das asso-
ciações de moradores e dos
sindicatos de trabalhado-
res. A tal ponto que elabo-
raram uma carta aberta à
população, onde classifi-
cam a medida como "espú-
ria, antidemocrática e lesi-
va aos interesses da comu-
nidade brasiliense".

O presidente do PDT-DF, Antônio Neiva Moreira, é taxativo: "Não se pode admitir que depois de tanto tempo o Governo desenga-
vete um decreto da época do autoritarismo quando estamos vivendo numa época de mudanças". A seu ver a democracia de-
fendida pelo novo governo do DF exige a convocação da população para que esta opine através de suas lide-
ranças sobre os seus desti-
nos. Nesse sentido, Neiva Moreira lembra o recente
exemplo das eleições para a escolha do reitor da Uni-
versidade de Brasília, onde toda a comunidade univer-
sitária pôde participar.

Idêntica posição é defendida pela secretária-geral do PT, Arlete Sampaio. "O governador Aparecido está fugindo de uma consulta às lideranças comunitárias e centralizando poderes para atender às injunções do PMDB e do PFL", acusa Arlete, para quem a lei de Castelo Branco prejudicou em muito a população das

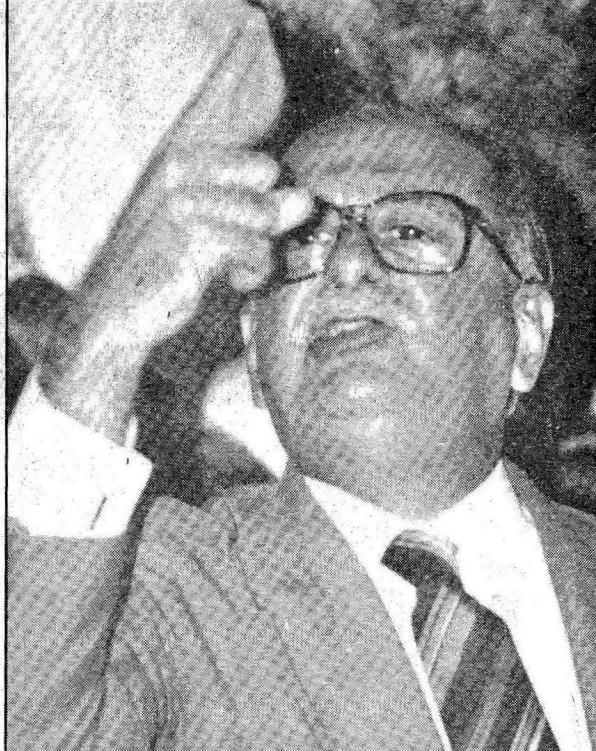
cidades-satélites na medida em que dificultou o surgi-
mento de lideranças nes-
ses últimos 20 anos. Para a secretaria-geral do PT, uma das formas de se democ-
ratizar os executivos das satélites seria a forma-
ção de conselhos comunitá-
rios, que teriam como fun-
ção disciplinar a ação dos administradores escolhidos pelo GDF.

"A lei é ultrapassada e se o Governo insistir em aplicá-la vai frustrar mais uma vez a expectativa da população", garante o presidente do Sindicato dos Vigilantes e da Central Única dos Trabalhadores, Francisco Domingos, o Chico Vigilante. A escolha dos administradores por um ple-
biscito, como chegou a pro-
por o governador, ou por in-
dicação das lideranças comunitárias é, segundo o sindicalista, a única forma democrática de se resolver a questão. Chico Vigilante vai mais além. Ele questiona frontalmente a determi-
nação do governador em nomear apenas políticos ligados à Aliança Democrá-
tica para as administra-
ções regionais. "O PMDB e o PFL não representam os anseios do brasiliense", ressalta Chico, garantindo que 90 por cento da popula-
ção do DF ainda não se defini-
ram por um partido.

Preocupado com a "no-
meação" de pessoas que
nada têm a ver com a nossa
comunidade", o presidente da Asso-
ciação dos Moradores de Sobradinho, Mário Ricardo avisa: "Se o Go-
verno não consultar a com-
municade na escolha dos
administradores estamos
dispostos a ir à rua protestar, além de levar um docu-
mento ao presidente do
PMDB, Ulysses Guimaraes, cobrando as pro-
postas democráticas do presi-
dente Tancredo Neves". Contudo, Mário Ricardo afirma que é o único nome com condições de satis-
fazer à população de Sobradinho é o de Benone Beltrão, presidente do PMDB local, que, no entanto, não é
servidor do GDF.

Ao criticar a Lei 4.545, por considerá-la "autoritá-
ria", o presidente da Asso-
ciação dos Moradores do
Guará, Robson Alvarenga, apre-
senta o que ele con-
sidera uma alternativa para que seja democratizado o
processo de escolha dos
administradores regionais: a nomeação dos escolhidos
pela comunidade, através
de suas lideranças, para
cargos de confiança do Go-
verno e, posteriormente,
uma designação para o
Executivo das satélites.

ARQUIVO



Aparecido: com o dedo no entulho castelista

Lei 5.545 divide líderes

Os defensores da aplicação da Lei 4.545 têm um argu-
mento que consideram irrefutável: a manutenção do estado de direito. Eles afirmam que se a lei é ultrapassada e não corresponde à realidade vivida hoje pelas cidades-satélites, a única solução é modificá-la através de um projeto de lei a ser enviado pelo GDF ao presidente José Sarney. Até lá, advogam, deve ser cumprida a determinação legal.

Um dos grandes defensores dessa posição é o adminis-
trador regional do Nú-
cleo Bandeirante, José Eustáquio dos Santos.

Há dois anos e seis meses no cargo, Eustáquio argumenta que não se pode ficar contra a lei, "se uma das grandes brigas políticas dos últimos anos foi a garantia do estado de direito". Por outro lado, o adminis-
trador se diz favorável à
mudança da determinação legal para que se possa garantir a eleição dos ocupantes dos cargos executivos através do voto direto. Indagado sobre a disposição do governador José Aparecido em não manter nenhum dos atuais administradores em seus postos, Eustáquio, hoje filiado ao PMDB, avalia: "Quem tem muito tempo no cargo deve passar por um rodízio, o que é salutar. Quanto a mim, acho que ainda não esgotei o que poderia fazer pelo Núcleo Bandeirante".

Defensor da aplicação da lei, o administrador de Planaltina, Salviano Guimaraes, hoje filiado ao PFL, tem uma sugestão: o go-
verno deveria enviar im-
mediatamente ao presidente José Sarney projeto alter-
nando a estrutura político-

administrativa do Distrito Federal, onde estejam pre-
vistas as eleições diretas em todos os níveis. No seu entender, essa seria a única forma de se atender aos anseios da comunidade, que não aceita mais ser ignorada no momento das decisões. Para Salviano a demora nas nomeações para as administrações tem pre-
judicado a população das satélites, na medida em que "nós não temos libe-
rada para tomar atitudes e decisões".

Sem querer entrar no mérito da questão jurídica, o presidente em exercício da Federação das Indú-
strias de Brasília (Fibra), Hilton Mendes, afirma que a preocupação dos empresários é uma só: que as pes-
soas indicadas sejam iden-
tificadas com os problemas de sua respectiva cidade-
satélite. Para Hilton, o fato do administrador ser servido-
or ou não do GDF não vai influir no seu desempenho à frente do cargo. Na ver-
dade, o empresário confessa não vê com bons olhos a demora nas nomeações, que "prejudicam terrivel-
mente as satélites já que as verbas estão paradas".

Distoando do discursos mantido pelas outras lide-
ranças, o presidente do PDS local, Tarcisio Pinto, advoga a manutenção da
lei 4.545. Para Tarcisio a nomeação de técnicos para ocupar os executivos das satélites ainda é a melhor opção, na medida em que "a população está satisfeita". A seu ver a lei preser-
va a população dos chama-
dos "aproveitadores que poderiam usar o cargo com interesses puramente elei-
tores".



Seligman: a pendência maniqueísta da lei

Seligman quer lei acatada

Apesar de considerar a Lei 4.545 defasada e antidemocrática, o presidente do PMDB-DF, Milton Seligman, se diz favorável ao seu cumprimento. "Não cabe ao poder executivo ferir a disposição legal", lembra Seligman, para quem o estado de direito deve ser mantido acima de tudo.

O presidente do PMDB garante que entre os nomes apresentados pelo partido à apreciação do governador José Aparecido existem pessoas que preenchem o requisito legal. Por isso mesmo o partido não foi abalado, quando há 20

dias atrás Aparecido anun-
ciou sua disposição de não ferir a determinação da lei castelista.

O PFL, por sua vez, ainda não se posicionou sobre a aplicação ou não da Lei 4.545. É o que garante o tesoureiro do partido Adolfo Lopes, adiantando que na reunião da Executiva Re-
gional, na próxima terça-
feira, a questão deverá ser discutida amplamente. Adolfo lembrou, entretan-
to, que nas listas de candi-
dados do partido para as administrações regionais existem nomes que aten-
dem ao requisito legal.